



Fator Institucional Para a Evasão na Educação Superior: Análise da Produção Acadêmica no Brasil

José da Silva Santos Junior¹  <https://orcid.org/0000-0001-6268-0062>

Giselle Cristina Martins Real²  <https://orcid.org/0000-0002-8855-4141>

^{1,2} Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o cenário da produção de dissertações e de teses sobre a evasão na educação superior no período de 2000 a 2018, com vistas a identificar se e como o fator institucional é apontado enquanto um dos responsáveis por esse fenômeno nas Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, classificada na literatura como estado do conhecimento. Para a busca de trabalhos, recorreu-se aos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram selecionadas 267 dissertações e 32 teses, em que se procedeu a análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave e, em alguns casos, houve uma leitura transversal, envolvendo a introdução e as considerações finais. Posteriormente, identificou-se 11 trabalhos, que se referiam ao fator institucional, sobre os quais efetuou-se a leitura integral. O referencial teórico parte da perspectiva da integração do estudante, de Tinto (1975), e da Pedagogia da afiliação, de Coulon (2017). Os resultados apontam que a principal tendência de pesquisa se refere a estudo de caso em cursos presenciais de universidades federais e que o fator institucional para a evasão tem sido pouco explorado nas produções acadêmicas em nosso país. Considera-se, portanto, necessária a formulação de políticas institucionais para o controle da evasão, sendo oportunas as pesquisas que considerem o processo de institucionalização dessas ações nas IES brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Abandono escolar. Acesso e permanência. Políticas educacionais.

Correspondência ao Autor

¹ José da Silva Santos Junior

E-mail: josejunior_ss@yahoo.com.br

Universidade Federal da Grande

Dourados

Dourados, MS, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/8908613299117398>

Submetido: 24 jul. 2019

Aceito: 06 dez. 2019

Publicado: 27 dez. 2019

 [10.20396/riesup.v6i0.8656028](https://doi.org/10.20396/riesup.v6i0.8656028)

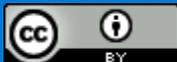
e-location: e020037

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Institutional Factor for Dropout in Higher Education: Analysis of Brazilian Academic Production

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the scenario of dissertations and theses production on higher education dropout in the year 2000 to 2018, in order to identify and investigate if and how the institutional factor has been pointed out as one of the responsible for the phenomenon of dropout in Brazilian institutions. It's a qualitative research, known as the state of knowledge, resorting to the works in the banks of theses and dissertations of Brazilian Institute of Information on Science and Technology (Ibict) and Higher Education Personnel Improvement Coordination (Capes). We selected 267 dissertations and 32 theses, in which we analyze the titles, abstracts and keywords and, in some cases, there was a cross-sectional reading, involving the introduction and the final considerations. Subsequently, we identified 11 papers, which referred to the institutional factor, on which we performed the full reading. The theoretical framework starts from the perspective of student integration, by Tinto (1975), and Pedagogy of Affiliation, by Coulon (2017). The results indicate that: the main research trend refers to a case study in face-to-face courses of federal universities; dissertations and theses little explore the institutional factor for dropout. It is needed institutional policies for the control of dropout and researches that analyze the institutionalization of these policies in Brazilian institutions are important.

KEYWORDS

Dropout. Access and permanence. Educational policies.

Factor Institucional Para la Evasión en la Educación Superior: Análisis de la Producción Académica en Brasil

RESUMEN

Se pretende analizar el escenario de la producción de disertaciones y tesis sobre evasión en la educación superior en el período 2000 a 2018, con miras a identificar si y cómo el factor institucional viene siendo apuntado como uno de los responsables por el fenómeno de la evasión en las instituciones de educación superior brasileñas. Se trata de una investigación cualitativa del tipo estado del conocimiento, recurriendo a trabajos contenidos en los bancos de tesis y disertaciones del Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) y de la Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Se seleccionaron 267 disertaciones y 32 tesis, en las que se analizaron los títulos, resúmenes y palabras clave y, en algunos casos, hubo una lectura transversal, que incluyó la introducción y las consideraciones finales. Posteriormente, se identificaron 11 producción, que se referían al factor institucional, en el que se realizó la lectura completa. El marco teórico comienza desde la perspectiva de la integración estudiantil, por Tinto (1975) y la Pedagogía de afiliación de Coulon (2017). Los resultados apuntan que: la principal tendencia de investigación se refiere al estudio de caso en cursos presenciales de universidades federales; el factor institucional para la evasión ha sido poco explotado en oportunas las investigaciones que analicen el proceso de institucionalización de esas políticas en las IES brasileñas.

PALABRAS CLAVE

Evasión. Acceso y permanencia. Políticas educativas.

Introdução

O Brasil experienciou a partir da década de 2000 um período de forte expansão das possibilidades de entrada na educação superior. Com incentivos governamentais, ações foram implementadas, favorecendo um crescimento exponencial do número de estudantes que ingressaram nos cursos de graduação das Instituições de Educação Superior (IES). Os programas que se destacaram foram: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de 1999; o Programa Universidade para Todos (Prouni), de 2005; o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), de 2006; a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de 2008; o Programa Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil, de 2004; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007. Ainda, pode-se mencionar a reestruturação do sistema de educação superior com a adoção de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012), que embora não tenham focado na ampliação de vagas, viabilizaram formas de diversificação do perfil socioeconômico dos ingressantes.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), em 2000, o número de alunos matriculados em cursos de graduação brasileiros era de 2.694.245. Em 2017, esse número saltou para 8.286.663, o que representa um crescimento de 207,60% no período.

Nesse contexto de expansão, alguns fenômenos adquirem notoriedade na trajetória acadêmica em virtude de caminhar na contramão dos objetivos previstos nas políticas educacionais. Dentre eles, a evasão, entendida como a saída do estudante do curso de ingresso sem concluí-lo, se faz presente no sistema de educação superior como um todo. A partir dos dados informados nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, divulgados no sítio eletrônico do Inep, pode-se calcular a média geral de evasão¹ nos cursos de graduação presenciais do País, que no ano de 2016 atingia a taxa de 22,83%, número este similar ao encontrado por Silva Filho *et al.* (2007) no contexto da primeira metade da década de 2000, visto que a média era de 22% entre os anos de 2000 e 2005.

Ao analisar as diretrizes das políticas nacionais de acesso e de permanência na educação superior, verifica-se uma mobilização no sentido de manter o discente no curso de ingresso e de possibilitá-lo a respectiva formação acadêmica. Por exemplo, o Decreto n.º 7.234/2010, que instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), teve a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Ainda, a Portaria Normativa n.º 25/2010 instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest) e previu investimentos para a permanência do graduando em IES estaduais. Tais ações se articulam ao

¹ A metodologia utilizada para cálculo é a mesma que se valeram Silva Filho *et al.* (2007): $E_{(n)} = 1 - [(M_{(n)} - I_{(n)}) / (M_{(n-1)} - C_{(n-1)})]$ em que, $E_{(n)}$ = evasão anual de cursos ou do conjunto de cursos (no ano n); $M_{(n)}$ = matrículas (no ano n); $I_{(n)}$ = ingressantes (no ano n); $M_{(n-1)}$ = matrículas do ano anterior a n; $C_{(n-1)}$ = concluintes do ano anterior a n.

previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, uma vez que consta nesse documento menção à ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil na educação superior.

A literatura registra o fenômeno da evasão como resultado de três fatores: o individual, o interno à instituição (fator institucional) e o externo à instituição (fator social) (BRASIL, 1997; TINTO, 1975). A esse respeito, para Kipnis (2000, p. 110), as IES, sobretudo as universidades, “[...] deverão se voltar para dentro e necessitarão cada vez mais se autoconhecerem e ter um respaldo da pesquisa para o processo decisório institucional”. Nesse sentido, a perspectiva voltada para o que as instituições, no âmbito de sua autonomia, fazem para entender e controlar a evasão se torna um aspecto importante para as investigações acadêmicas.

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é analisar o cenário da produção de dissertações e de teses sobre evasão na educação superior de 2000 a 2018, com vistas a identificar se e como o fator institucional é apontado enquanto um dos responsáveis pela referida situação nas IES brasileiras. Justifica-se o período escolhido considerando que a literatura passa a discutir de forma mais incisiva o fenômeno da evasão a partir de 2000, abarcando, ainda, as análises realizadas até o ano de 2018, quando se pode considerar a conclusão do período de divulgação das bases de dados bibliográficos utilizadas na presente investigação².

Trata-se de uma pesquisa qualitativa conhecida como estado do conhecimento, o qual possibilita obter uma visão ampla das produções científicas “[...] e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41). Esse tipo de estudo tem como finalidade central o mapeamento de trabalhos já realizados com a mesma temática, a fim de justificar as lacunas que o pesquisador está se propondo a preencher em sua investigação (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Verificam-se outros estados do conhecimento na literatura, com análises gerais sobre a evasão na educação superior. Dentre eles, encontram-se: Santos Junior e Real (2017), que buscaram dissertações, teses e artigos produzidos entre 1990 e o início de 2015, indicando as categorias mais pesquisadas sobre o referido fenômeno; Morosini *et al.* (2011), que analisaram um *corpus* documental composto por 7 trabalhos produzidos no período de 2000 a 2011 e publicados em periódicos qualificados junto ao sistema Qualis da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Baggi e Lopes (2011), que apresentaram uma revisão de literatura sobre a evasão no contexto da avaliação institucional, sendo este, inclusive, fruto de dissertação que será analisada no presente artigo.

² A distribuição do número de trabalhos contendo o recorte temporal da pesquisa está ilustrada no gráfico 01.

Esses trabalhos não têm como foco o fator institucional para controle da evasão, sendo esse aspecto importante para se compreender uma faceta relevante do fenômeno, tendo em vista discussões já suscitadas na literatura a esse respeito (KIPNIS, 2000; TINTO, 1975). Desse modo, o atual estudo complementa os estados do conhecimento citados e se propõe a contribuir para a realização e a expansão de pesquisas que tomam a evasão como objeto.

Para o levantamento de trabalhos acadêmicos, recorreu-se à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e de Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/Ibict) e ao Catálogo de Teses e de Dissertações da Capes. A busca ocorreu no mês de outubro de 2018, sendo posteriormente selecionados, no mês de abril de 2019, demais trabalhos publicados nos bancos de dados nos últimos meses de 2018. Ao utilizar os descritores “evasão”, “evasão educação superior” e “permanência estudantil”, identificou-se, um *corpus* de análise de 299 pesquisas, dentre elas: 267 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado. Para a seleção, atentou-se para o título, as palavras-chave e/ou o resumo, e, quando necessário, foi feita a leitura da introdução e das considerações finais, coletando para análise as produções que estudaram o fenômeno da evasão na educação superior sob qualquer perspectiva de pesquisa. Inicialmente, apresenta-se os dados de forma ampla, procurando mostrar o crescimento de produções no período considerado e, para discussão mais aprofundada, verificou-se que 11 trabalhos analisam de modo mais evidente o fator institucional³. Em relação a estes, procedeu-se com a leitura integral.

O referencial teórico parte das concepções de integração estudantil, de Tinto (1975), e da pedagogia da afiliação, de Coulon (2017), visto que contribuem para a compreensão da importância em considerar o fator institucional para a evasão. Embora seja um processo multicausal, a análise a partir da ótica da instituição se torna relevante tendo em vista que as especificidades institucionais bem como as ações locais para controle do fenômeno podem estar favorecendo o êxito na trajetória acadêmica, tornando-se oportuno entender a partir de dissertações e de teses como esse processo acontece.

Ademais, procura-se responder as seguintes questões norteadoras: como se apresenta o cenário da produção de dissertações e de teses brasileiras sobre a evasão na educação superior entre os anos de 2000 e 2018? Como as pesquisas produzidas no referido período têm abordado o fator institucional enquanto um dos responsáveis pela evasão na educação superior?

O artigo está dividido em três seções. A primeira visa apresentar pressupostos teóricos da perspectiva de integração e da afiliação do estudante (TINTO, 1975; COULON, 2017). Na segunda, será contextualizado o cenário da produção acadêmica sobre evasão na educação

³ Como critério adicional, para a seleção considerou-se os trabalhos que estudaram a evasão não apenas em um curso, mas abrangendo o conjunto de cursos presenciais de uma ou mais instituições, ou, ainda, aqueles que trataram de análise mais ampla sobre o fenômeno.

superior com base nas dissertações e nas teses encontradas. Na terceira seção, busca-se verificar os enfoques dados ao fator institucional enquanto um dos responsáveis pela evasão.

Precursos Para Delineamento do Fator Institucional Para a Evasão: a Integração e a Afiliação do Estudante

Embora no Brasil a discussão sobre evasão na educação superior se intensifique a partir do período de análise considerado no presente artigo e o fenômeno se caracterize por fatores multicausais, há estudos realizados em âmbito internacional que abordam teorias anteriores e estabelecem modelos profícuos para a compreensão da importância do fator institucional.

Ainda na década de 1970, Vincent Tinto elaborou um modelo longitudinal explicativo para as diversas nuances que envolvem os aspectos de permanência e de abandono estudantil na educação superior. O modelo do estudioso americano, publicado em 1975, abordou questões relativas à integração do estudante, sendo esta a faceta considerada pelo autor como determinante para a sua decisão em sair ou permanecer na instituição de ingresso. Quando o indivíduo não se sente suficientemente integrado ao meio acadêmico, há a possibilidade de desistir de continuar no curso que ingressou. Do mesmo modo, quando a instituição não atua no sentido de favorecer este processo de integração, o problema da evasão pode se intensificar.

Para Tinto (1975), o percurso envolvendo a trajetória do discente inicia antes de seu ingresso na educação superior, dado que suas características individuais, especialmente, as influências familiares, a escolaridade anterior, as suas capacidades e suas habilidades contribuem para a decisão em permanecer ou evadir-se. Entendendo que os caminhos e as causas para a evasão são diversificados, dois movimentos são destacados pelo autor como preponderantes.

Em um primeiro percurso, as questões individuais do aluno são consideradas. Após o seu ingresso, particularidades relativas ao compromisso em atingir metas estabelecidas por si próprio influenciarão o desenvolvimento intelectual e o desempenho acadêmico. Por sua vez, tais aspectos, atrelado a mecanismos de integração acadêmica, estabelecem novos compromissos e contribuem com a decisão de permanecer no curso, na instituição ou evadir-se.

No segundo caminho, há compromissos do estudante com a instituição que precisam ser considerados, sendo estes essenciais para a determinação de níveis de interação com demais pessoas, podendo ser os próprios colegas de classe ou de outros cursos, bem como os professores, os funcionários e os demais indivíduos relacionados ao convívio educacional.

Tais percursos se entrecruzam e conferem ao fenômeno da evasão uma característica multicausal. Contudo, a contribuição de Tinto para a discussão do presente artigo está em sua

argumentação quanto às responsabilidades institucionais para a integração e o consecutivo êxito do estudante rumo à conclusão do curso que ingressou. Para o autor, faz-se necessário os gestores institucionais conhecerem as expectativas educacionais dos indivíduos que adentram ao sistema de educação superior, a fim de ampliar o entendimento e o controle da evasão. Nesse sentido, a promoção de ações que contribuam com a integração do discente ao meio social-acadêmico possibilita o seu envolvimento em práticas cotidianas da instituição, o que, na perspectiva de Tinto, diminui as chances de ocorrência da evasão.

Com outra abordagem, verifica-se na literatura a discussão inerente a uma afiliação do estudante na instituição, sendo Alain Coulon, pesquisador francês, um autor expoente para o debate, o qual parte do pressuposto de que o desafio maior não está nos meios de entrada à universidade, mas, sim, na permanência do discente até o final do curso (COULON, 2017).

Conforme destacado pelo teórico, a possibilidade de permanência envolve o que se denomina por afiliação, processo este que perpassa por três etapas: o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação. O primeiro período, o de estranhamento, ocorre logo no começo e envolve as rupturas com questões anteriores ao ingresso. Há, nesse sentido, a superação relacionada ao início de uma nova fase no processo formativo, o que perpassa por questões emocionais, intelectuais, cognitivas, bem como inerentes aos aspectos institucionais, tendo vista o adentramento a um novo ambiente, com características, normas e convívios diferenciados. O tempo de aprendizagem, por sua vez, diz respeito ao primeiro ano do curso, recorte em que há a adaptação do indivíduo ao novo contexto ao qual se inseriu, devendo compreender que uma nova rotina está estabelecida e que será necessário formular estratégias para se exercer o ofício de estudante de graduação. Prejudicado esse processo, abre-se caminho para as possibilidades de evasão, isto é, não adaptado o suficiente, pode surgir no sujeito a decisão de abandonar o curso. Por fim, o tempo de afiliação abarca um período de amadurecimento em que o acadêmico entende e passa a agir conforme as regras institucionais, bem como cria-se uma autonomia intelectual que o permite estabelecer estratégias para o êxito no curso.

Nesse processo, para se efetivar a afiliação, o aluno não é o único a possuir responsabilidades. Torna-se preciso a instituição estabelecer medidas que deem suporte a ele e considere as suas potencialidades. Portanto, faz-se necessário que a universidade estabeleça uma pedagogia de afiliação, buscando em última instância permitir o apoio acadêmico para que os ingressantes possam, de fato, exercer um ofício de estudantes e consigam alcançar a formação almejada.

A afiliação, nesse contexto, pode ser entendida como decorrente da integração do estudante à instituição. Cumpridos todos os passos para que seja criado um sentimento de pertença e o discente seja, de fato, integrado ao meio acadêmico-social, encaminha-se a sua afiliação. Conforme destacado por Coulon (2017), um afiliado adquire um estatuto social novo, transitando para um contexto de ensino mais exigente e mais desafiador. Aquele que não se encontrar integrado e, conseqüentemente, não afiliado, tende a não permanecer.

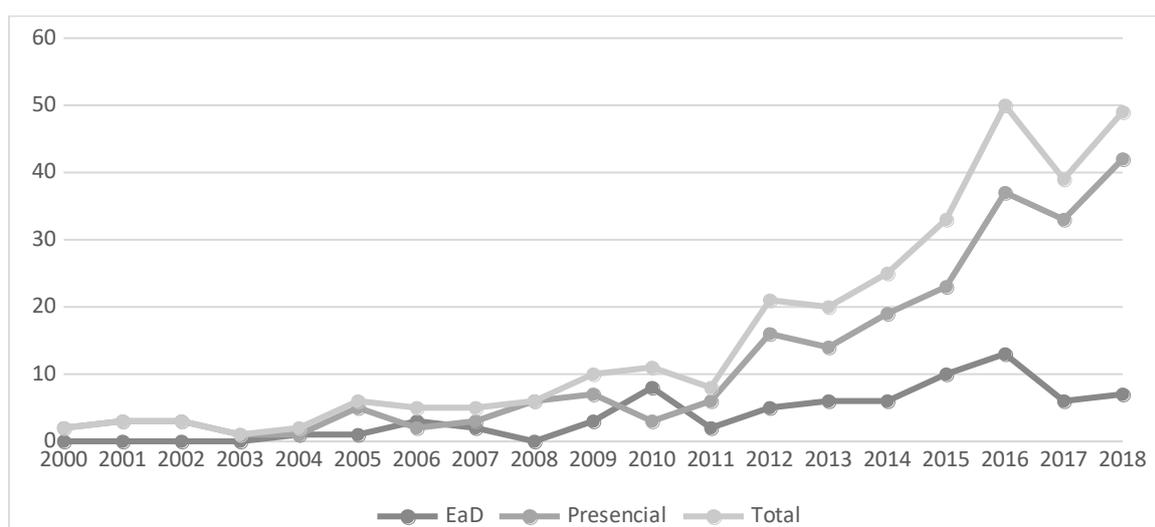
Nesse sentido, as IES devem assumir para si responsabilidades múltiplas que possibilitem aos ingressantes os meios necessários para que se efetive um processo de integração e de afiliação, sob o risco de fracassarem em sua missão. Embora se articulem com circunstâncias que fogem das competências institucionais, ações próprias da instituição contribuem para a permanência do estudante e, em decorrência, controlam a evasão. Compreender o modo de sua inserção nas pesquisas nacionais auxilia no aprimoramento das investigações sobre o tema, podendo, inclusive, contribuir com o desenvolvimento de políticas institucionais voltadas para o controle da evasão.

O Cenário da Produção Acadêmica Sobre Evasão na Educação Superior de 2000 a 2018

O interesse por estudos que contemplem o processo de evasão tem aumentado de forma proeminente nas pesquisas educacionais nacionais. No levantamento realizado, observou-se que há um crescimento significativo do número de dissertações e de teses que estudaram o referido fenômeno, sobretudo no período mais recente, revelando que a incipiência de estudos atestada por Silva (2013) tem sido revertida.

Entre 2000 e 2009, foram 43 trabalhos realizados que tiveram a evasão como objeto de análise. De 2010 a 2018, este número foi de 256, o que mostra uma ampliação em torno de seis vezes mais estudos que investigaram a situação sob algum enfoque, tanto considerando os cursos de graduação presenciais, quanto aqueles ofertados na modalidade a distância.

Gráfico 01. Evolução do número de dissertações e de teses brasileiras sobre evasão na educação superior de 2000 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir das produções levantadas.

O cenário de expansão da educação superior se associa a essa evolução de trabalhos. O período de crescimento disposto coincide com o momento de maior efervescência da educação superior no País, com a implementação das políticas de expansão formuladas para

os setores público e privado, processo este que possibilitou a transição para um sistema de massa⁴ na educação superior brasileira (GOMES; MORAES, 2012; TROW, 2005), passando a atender grupos socioeconômicos diversificados. Os saltos mais intensos no número de trabalhos dispostos no gráfico 01 passam a ocorrer a partir de 2011, atingindo pico maior em 2016 e 2018.

Essa relação revela as contradições inerentes à expansão da educação superior. Embora o número de estudantes que tenham conseguido ingressar tenha evoluído exponencialmente, há uma tendência dos fenômenos da trajetória acadêmica serem ampliados. Ou seja, conforme se intensifica o processo de entrada de alunos na educação superior, fenômenos como a evasão, a permanência prolongada e as reprovações em componentes curriculares tendem a evoluírem (SANTOS JUNIOR, 2016; ADACHI, 2017). A evasão passa a ser uma temática estratégica para pesquisas, sobretudo estudos de caso, com vistas a entender as características do fenômeno e propor alternativas para sua minoração.

Embora a Educação a Distância (EaD) tenha se intensificado enquanto modalidade de ensino, especialmente, a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005, os números expostos no gráfico 01 mostram que as preocupações com o fenômeno da evasão nas pesquisas têm sido superiores nos cursos de graduação presenciais, indicando que a evasão na EaD é pouco estudada. No total, 226 trabalhos analisaram a evasão na modalidade presencial e 73 focaram na EaD.

Outra questão pertinente a se destacar está na relação entre o crescimento de trabalhos sobre a evasão e o processo de expansão da pós-graduação no Brasil. No período de maior elevação (2011-2018), exposto no gráfico 01, verifica-se que o número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* evoluiu consideravelmente⁵. Em 2011, o País contava com 2.738 mestrados acadêmicos, 338 mestrados profissionais e 1.615 doutorados. No ano de 2018, o número foi elevado para 3.636 mestrados acadêmicos, 838 mestrados profissionais e 2.381 doutorados acadêmicos. A maior proporção de crescimento é observada no contexto dos mestrados profissionais (147,93%), acompanhada pelos cursos de doutorados acadêmicos (47,43%) e de mestrados acadêmicos (32,80%).

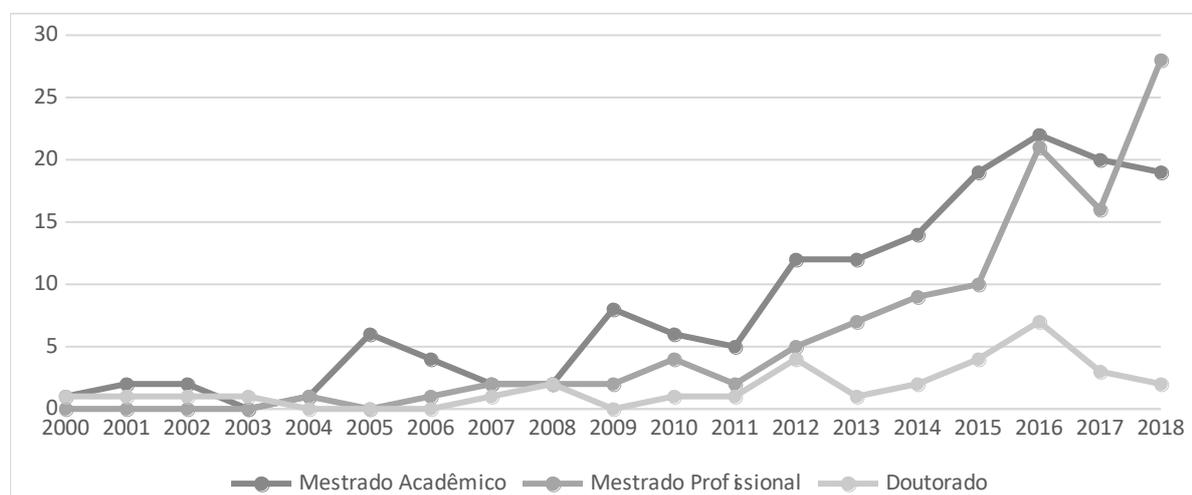
Os mestrados profissionais, especialmente, têm contribuído para o crescimento dos estudos sobre evasão. Pode-se reforçar essa constatação ao se analisar o número de trabalhos produzidos no âmbito desses cursos com o passar dos anos. O gráfico 2 apresenta o número

⁴ De acordo com a classificação de Trow (2005), um sistema de educação superior pode ser: de elite (quando tem taxa líquida de matrícula até 15%; de massa (quando a taxa é de 16% a 50%); ou de acesso universal (quando a taxa supera os 50%). Gomes e Moraes (2012) partem da taxa bruta de matrícula e defendem a tese de construção política de um sistema de massa na educação superior brasileira a partir de 2003, momento em que o volume de matrículas ultrapassa 16%. Segundo dados do Observatório do PNE, no ano de 2019 a taxa líquida de matrículas é de 21,5% e a taxa bruta de 44,4% (Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019).

⁵ Informações coletadas no sítio eletrônico da Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

de dissertações e de teses vinculadas a mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados por ano.

Gráfico 02. Quantidade de dissertações e de teses brasileiras por nível do curso de origem no período de 2000 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir das produções levantadas.

Verifica-se crescimento no número de trabalhos com o passar dos anos, assim como já foi observado no gráfico 01. Contudo, o gráfico 2 mostra que a ampliação significativa de trabalhos, a partir de 2011, passa a ocorrer de modo mais intenso no contexto dos mestrados, em especial, nos profissionais. Esse dado retrata que o processo de expansão da pós-graduação, particularmente, dos mestrados profissionais, foi favorável ao estudo da evasão, sobretudo pelo fato de uma das propostas destes cursos ser a análise de situações-problema no âmbito institucional. A evasão, enquanto fenômeno contrário ao previsto nas diretrizes para a educação superior, entra em evidência, passando a ganhar destaque no campo da pesquisa acadêmica dos programas de pós-graduação.

Quando comparados os trabalhos que focaram a educação superior presencial, verifica-se um maior número de estudos referindo-se a instituições públicas. Observou-se que do total de 227 trabalhos que estudaram a evasão nos cursos de graduação presenciais, 70% escolheram as IES públicas como *locus* de pesquisa; 26% analisaram as IES privadas; e 4% fizeram uma análise mais geral, contemplando tanto as IES públicas quanto as privadas.

Embora a evasão no segmento privado seja maior, é em relação ao setor público que há, consideravelmente, mais pesquisas sobre o tema. Nas IES privadas, Silva Filho *et al.* (2007) argumentam que de 2% a 6% dos rendimentos são utilizados para fins de atrair novos estudantes, por meio de estratégias de marketing. Em contrapartida, para os autores, são raras as instituições que investem em medidas para manter os estudantes já matriculados. Portanto, há boas perspectivas de aprofundamentos em investigações a respeito do fenômeno da evasão nas IES privadas que não estão sendo exploradas nas pesquisas nacionais, tendo em vista a atenção maior que tem sido dada ao setor público.

Um aspecto que se encontra associado a esse achado se trata do fato de haver mais cursos de mestrados e de doutorados em universidades públicas (CIRANI; CAMPANARIO, SILVA, 2015), o que pode estar justificando o interesse em realizar pesquisas levando em consideração as próprias instituições em que estão inseridos.

Em relação ao ensino presencial nas IES públicas, as universidades federais, enquanto *locus* de análise, concentram maior número de trabalhos (70%), seguidas pelos institutos federais (15%), universidades estaduais (14%) e universidades municipais (1%).

Tais dados mostram certa desproporção em relação ao interesse de investigação. Trata-se de outra perspectiva de pesquisa que merece ser explorada. Os estudos de caso, com o propósito de entender o fenômeno da evasão e de contribuir com a proposição de medidas para seu controle, são pertinentes para os contextos institucionais individualizados. Assim como as IES privadas têm sido pouco exploradas nos estudos sobre evasão, as IES estaduais e municipais também não compõem de forma expressiva as análises acadêmicas sobre evasão, o que mostra que há lacunas a serem preenchidas sobre o tema no que se refere a estas categorias administrativas.

Em relação aos focos de pesquisa dos trabalhos localizados, o panorama que se delineia mostra que há concentração de estudos analisando o caso de um ou mais cursos em uma mesma instituição (50,44% dos trabalhos), assim como há pesquisas que se direcionam a outros focos, sendo os principais deles: proposta de intervenção e/ou mecanismo para entendimento da evasão (7,52%); assistência estudantil/políticas de permanência (6,19%); preditivos da evasão (5,75%); ações afirmativas (3,98%) e trajetória acadêmica (3,98%). Demais investigações se diluem em outras questões diversas, sendo elas: estudo da evasão em mais de uma instituição; evasão no Prouni e Fies; estudo da evasão no contexto brasileiro; perfil do evadido; reprovação, retenção e evasão; evasão e impacto financeiro; trancamento de matrícula; desenvolvimento regional e evasão; Sisu e evasão; metodologias de mensuração da evasão; Reuni e evasão; evasão e gênero; evasão, permanência e democratização da educação superior; fatores institucionais associados à evasão; desempenho no vestibular e permanência; evasão e o compromisso do estudante; evasão e comportamento vocacional; evasão do ponto de vista econômico; evasão e avaliação institucional; bioética e evasão; evasão do curso, da instituição e do sistema; evasão e custos institucionais; evasão no contexto internacional; projeto de vida dos evadidos; evasão e estudante trabalhador e, ainda, evasão e psicanálise.

Nesse sentido, por se tratar de um processo de várias interfaces e estudado pelas diferentes áreas do conhecimento, visualiza-se diversificação de temáticas relacionadas ao estudo da evasão nas dissertações e nas teses. Para Alberti e Pereira (2018, p. 282), a evasão, enquanto fenômeno multifacetado e complexo, pode ser tratada “[...] a partir de várias perspectivas, seja pela educação, economia, psicologia ou sociologia. Cada qual dará ênfase a certas dimensões da questão, sem esgotar o assunto”. Portanto, embora haja uma diversificação relevante de abordagens nas dissertações e nas teses encontradas, ainda há desdobramentos do fenômeno que merecem ser explorados.

Pelo cenário observado ao longo da seção, verifica-se que o perfil mais recorrente nos trabalhos acadêmicos sobre evasão na educação superior se trata de estudo de caso referindo-se a curso(s) de modalidade presencial em universidades federais. No entanto, ainda restam lacunas a serem preenchidas, uma vez que embora os estudos já realizados apresentem resultados e análises para o entendimento do fenômeno, os dados gerais de evasão ainda são expressivos. Conforme se destacou na introdução, a média geral obtida para o ano de 2016 foi de 22,83%, sendo tenuamente superior a obtida por Silva Filho *et al.* (2007) para os anos de 2000 a 2005 (22%). Entretanto, se considerados os estudos locais que se valeram de metodologias de cálculo com dados institucionais da trajetória acadêmica, o dado de evasão institucional é aproximadamente o dobro desse número indicado; ou, para algumas áreas, por exemplo, as ciências exatas, os percentuais de evasão são superiores (acima de 50%) (SANTOS JUNIOR, 2016; LIVRAMENTO, 2012; ADACHI, 2017).

Embora haja causas comuns para a evasão (MOROSINI *et al.*, 2011), características locais também precisam ser consideradas para melhor entendimento do fenômeno e para a definição de estratégias de controle. Nesse sentido, não se pode perder de vista que as origens da evasão envolvem aspectos individuais, institucionais e sociais. No que se refere ao cotidiano das instituições, os fatores individuais e sociais, de certa forma, fogem de seu controle, compelindo a elas investirem em medidas institucionais, com o intuito de compensar as perdas devidas aos outros fatores. Conforme será abordado adiante, estudos com foco principal nos fatores institucionais ainda são incipientes. A próxima seção se dedica a explorar como ele é discutido nas dissertações e nas teses brasileiras.

O Fator Institucional nas Pesquisas Acadêmicas Sobre Evasão na Educação Superior

A evasão na educação superior pode ser entendida como um processo complexo e multidimensional, caracterizada por diversos fatores, diferenciados e, ao mesmo tempo, relacionados. Para além das questões externas (aspectos individuais e sociais), o olhar de dentro das instituições adquire relevância para o entendimento de fenômenos acadêmicos. Pesquisas com essa dimensão de análise têm potencial em contribuir para a formulação e a implementação de políticas institucionais ou, ainda, de políticas nacionais (KIPNIS, 2000).

Embora tenha sido localizado, inicialmente, um total de 299 trabalhos que analisaram a evasão sob algum aspecto, elegeu-se 11 deles (10 dissertações e 1 tese) para leitura integral e discussão mais aprofundada, por apresentarem, de forma mais evidente, enfoque nos fatores internos às instituições.

Os trabalhos selecionados abordam não apenas o fator institucional, mas contemplam, também, causas diversas para o fenômeno. No que se refere ao fator discutido no presente artigo, as pesquisas possuem semelhanças entre si, embora tratem de realidades institucionais diferenciadas.

A maioria das investigações se configura como estudo de caso, analisando-se a evasão em uma única instituição (SOUZA, 2017; RODRIGUES, 2012; LIVRAMENTO, 2012; FIALHO, 2014; CARVALHO, 2017; PALÁCIO, 2012; SOUZA, 2016). Os demais autores buscaram entender questões mais abrangentes, sendo elas: evasão em conjunto de instituições (VOOS, 2016); evasão no ensino superior brasileiro (RAMOS, 2013); e revisão bibliográfica sobre evasão (SILVA, 2014; BAGGI, 2010).

A dissertação de Souza (2017) teve como objetivo mensurar os percentuais de evasão e compreender a realidade do fenômeno nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal de Goiás (UFG). A autora parte do pressuposto de que os fatores que contribuem para a ocorrência da evasão são acadêmico-institucionais, sócio-político-econômicos e de ordem pessoal. Como resultado, observou-se em sua pesquisa que os fatores sócio-político-econômicos são os mais citados como causadores do fenômeno. Contudo, conclui que a trajetória acadêmica se define do ponto de vista social, mas que é influenciada pelas relações definidas no meio acadêmico e nos espaços ocupados pelos estudantes.

Os fatores acadêmico-institucionais, nesse sentido, são apontados pela pesquisadora como influenciadores na ocorrência da evasão, relacionando-se “[...] às deficiências da Instituição como prestadora de serviço educacional, ou seja, de ordem acadêmica, como por exemplo, problemas estruturais, deficiências curriculares e limitações docentes e administrativas” (SOUZA, 2017, p. 31).

Quando questionou discentes ingressantes na UFG sobre as ações importantes para permanência, Souza (2017, p. 72) identificou que as três respostas mais citadas por eles, em ordem de prioridades, foram: “monitores para auxiliar nas disciplinas”, “programação cultural e artística” e “esportes e lazer”. Além dessas ações, outros fatores foram mencionados como importantes para favorecer a permanência na universidade, quais sejam as “[...] questões relacionadas ao curso, como aulas práticas e oferecimento de boa estrutura pela Universidade”.

É possível notar a partir do trabalho da referida autora que as ações citadas pelos acadêmicos, em sua maioria, fogem do contexto das políticas de assistência mais amplas criadas pelo governo para o âmbito nacional. Nesse sentido, os resultados de sua pesquisa permitem indicar que o fator institucional apresenta um peso relevante para a permanência do estudante, inferindo-se que compete à instituição formular e implementar medidas próprias para controle da evasão.

As ações para controle da evasão a partir de políticas institucionais também são apontadas nas dissertações de Rodrigues (2012), Livramento (2012), Fialho (2014) e Carvalho (2017).

A dissertação de Rodrigues (2012) teve o objetivo de levantar o índice de evasão da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, bem como investigar os motivos que levaram ao abandono.

Como causas principais apontadas estão: as questões didático-pedagógicas de alguns professores e a falta de condições para o incentivo a permanência do aluno na IES. Rodrigues (2012) adverte que esses são fatores relacionados ao contexto institucional, tratando-se de aspectos internos à instituição, passíveis de serem controlados por mecanismos próprios de gestão. A autora considera que, embora a evasão possa ocorrer por motivos de ordem pessoal, é importante que a sua ocorrência não se dê por conta de motivações que poderiam ser evitadas pela instituição.

A esse respeito, é possível considerar que a instituição precisa se antepor à ocorrência do fenômeno da evasão. Ou seja, sabendo-se que parte da responsabilização pela não permanência do estudante é da IES, ela precisa estar ciente de que os aspectos de seu funcionamento e de sua organização são determinantes para que o aluno conclua o curso. A mobilização interna para implementação de políticas contínuas de controle à evasão possui potencial de aprimorar o processo de gestão e de favorecer a permanência.

Tais políticas podem perpassar por questões diversas que envolvem toda a dinâmica institucional. Livramento (2012) focou em verificar o ponto de vista institucional, por meio do registro, da observação, do relacionamento e da análise da evasão bem como de outros fenômenos advindos do meio acadêmico. Como resultado, apontou como medidas de controle: a divulgação dos cursos ofertados pela instituição, sobretudo nos locais onde a informação não chega com facilidade; a oferta de vagas condicionada à realidade de estudantes que trabalham, com currículos mais enxutos; o aumento de vagas no período noturno; a criação de cursos cuja necessidade de profissionais seja requerida pelo mercado de trabalho; a conscientização dos professores quanto à importância do ensino em nível de graduação, para a promoção de melhor relacionamento entre docentes e discentes.

Fialho (2014) também apresenta algumas indicações de medidas para contenção da evasão a partir da realidade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O objetivo foi estudar a evasão escolar nos cursos de graduação presencial da UFPB, tratando de identificar as manifestações no período de 2007 a 2012 e quais os seus impactos na gestão universitária.

Para a autora, o fracasso institucional existe quando a instituição não consegue manter o aluno até o final do curso, o que abarca questões diversas, “[...] desde o professor que não conseguiu exercer o papel enquanto docente, até os programas e planos estabelecidos pela IES por não cumprir a missão institucional de formar o seu alunado” (FIALHO, 2014, p. 51).

As medidas apontadas por Fialho (2014) para minimizar a evasão no contexto da instituição analisada são: a divulgação dos cursos; a aplicação de questionário socioeconômico e cultural no momento da matrícula, com a intenção de identificar qual o perfil do aluno ingressante nos cursos da instituição; a aplicação de questionário no início, meio e ao fim do semestre, com o objetivo de avaliar a satisfação, a insatisfação e a expectativa do acadêmico no decorrer do semestre; o acompanhamento do discente pela instituição; a formação de uma equipe responsável por identificar as possíveis causas de trancamentos, transferências e cancelamentos de curso; a criação da figura de professor tutor;

a flexibilização para mudança de turnos pelos estudantes; a reestruturação do currículo, com a diminuição de sua rigidez e o aproveitamento das disciplinas no caso de mudança de curso.

Algumas dessas ações são apontadas por Carvalho (2017). O autor procurou descrever os fatores institucionais associados ao fenômeno da evasão, analisando-se o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFGO), partindo de dados extraídos do Censo da Educação Superior. Verificou em que medida os percentuais de evasão na instituição pesquisada se associaram às variáveis: turno do curso, duração do curso, tipo de instituição, flexibilidade curricular, suporte pedagógico, políticas públicas educacionais e avaliação institucional. Os resultados apontaram que, para o caso estudado, há ações de suporte pedagógico e de políticas educacionais mais amplas, como o Pnaes, as quais são indicadas pelo autor como importantes para controle da evasão. Mas, para as demais variáveis, Carvalho (2017) conclui que não se mostraram significativas.

Com vieses mais voltados para a assistência estudantil por meio de recursos financeiros, as dissertações de Palácio (2012) e Souza (2016) trazem contribuições apontando a necessidade de articulação entre as políticas assistencialistas e os recursos governamentais, com aquelas que podem ser formuladas no próprio âmbito institucional.

Palácio (2012) restringiu-se a analisar as ações, em sua maioria de caráter assistencialista, implementadas na Universidade Federal do Ceará, consideradas pela autora como essenciais para a permanência do estudante, quais sejam: Programa Ajuda de Custo; Programas de Auxílio Moradia e de Residência Universitária; Programa de incentivo ao desporto, Programa de Apoio Pedagógico e/ou Psicológico ao Estudante, Assistência médica/odontológica; e Programa Restaurante Universitário.

Nesse sentido, a assistência estudantil compreende um mecanismo a ser considerado. É preciso oferecer aos acadêmicos os meios para que tenham suas demandas sociais atendidas pela instituição, extinguindo a evasão devido à falta de recursos financeiros para conclusão do curso, conforme argumentação apresentada anteriormente por Livramento (2012).

A dissertação de Souza (2016) rumou para direção semelhante à dissertação de Palácio (2012), no entanto, analisou a política de assistência estudantil para permanência do estudante na Universidade Federal do Paraná, no período de 2010 a 2014. A autora considerou que a referida política estabelecida na instituição estudada, a partir de ação de caráter nacional como o Pnaes, possibilita a oferta de melhores condições para que o aluno com fragilidade socioeconômica permaneça na Universidade. Mas, mostra-se relevante a articulação dessa política com outras ações com o intuito de potencializar a permanência do acadêmico.

Em relação a isso, acredita-se que as políticas de assistência estudantil, como aquelas criadas para o âmbito das instituições públicas (Pnaes e Pnaest), embora tenham como um de seus objetivos atuar na diminuição dos percentuais de evasão, não conseguem por si só cumprir a sua missão. O fenômeno da evasão é multifacetado, não se restringindo apenas à

questão de vulnerabilidade econômica dos estudantes. Na concepção de Recktenvald, Mattei e Pereira (2018, p. 420), as variáveis que afetam a questão da permanência estudantil “[...] são bem mais numerosas do que uma relação simples de causa e efeito entre Pnaes e evasão, por exemplo”.

Nesse contexto, é preciso considerar que as instituições têm potencial de extrapolar os limites das políticas assistencialistas e partir, também, para uma perspectiva de apoio ao estudante com a formulação de políticas próprias que complementem as ações mais amplas e auxiliem no processo de integração e de afiliação.

A relação entre política assistencialista e ação institucional pode ser apreendida a partir da dissertação de Ramos (2013). A autora analisou os fatores determinantes da evasão no ensino superior brasileiro, tomando como referência o ano de 2010. Foi realizada uma análise estatística, por meio dos dados do Censo da Educação Superior, para verificar como fatores individuais e institucionais influenciam na decisão do discente em evadir.

Dentre as variáveis estudadas, a pesquisadora aponta que “[...] o estudante que participa de algum tipo de atividade de formação complementar e que possui bolsa de estudos ou financiamento estudantil apresenta menor probabilidade de evasão” (RAMOS, 2013, p. 80), tratando-se dos aspectos de maior impacto sobre redução da probabilidade em desistir do curso. A autora indica que participar de atividade como a citada e receber bolsa ou financiamento estudantil diminui em 12,6% e 14,9%, respectivamente, a probabilidade de evasão.

Ramos (2013) considera que se necessita de um esforço conjunto entre o governo e a instituição, para que o acadêmico se adapte à instituição e alcance a sua formação. Ainda, argumenta que o combate à evasão deve ser mais do que o “[...] estabelecimento de estratégias que evitem o desperdício socioeconômico envolvido na questão, mas representa, principalmente, o investimento em políticas para a promoção de igualdade de oportunidades” (RAMOS, 2013, p. 86).

As perspectivas de Tinto (1975) e Coulon (2017) se associam a essa constatação. O estudante quando integrado e afiliado à instituição, tenderá a permanecer e concluir o curso de ingresso. Isto é, quando a Universidade proporciona condições para que o aluno se sinta bem relacionado e formula políticas institucionais diversas que contemplem as realidades vivenciadas pelos indivíduos que se achegam, aumenta-se a chance de se efetivar o acesso pleno do discente, o que possibilita a ele ingressar, permanecer satisfatoriamente no sistema e obter a sua formação (SILVA; VELOSO, 2013).

Essa relação entre políticas mais amplas e ações institucionais também se verifica na dissertação de Silva (2014). A partir de pesquisa bibliográfica, o autor teve o objetivo de verificar os aspectos que se sobressaem no tocante à evasão, além de averiguar as políticas estabelecidas pelo Estado e pelas IES voltadas ao acesso e à permanência do aluno no ensino superior.

Como resultado, Silva (2014) indica alguns fatores associados à evasão, dentre eles: dificuldades financeiras; alto índice de reprovação; metodologias de ensino pouco interessantes, ultrapassadas e de baixa qualidade; pouco engajamento do corpo docente e administrativo na retenção dos alunos; falta de subsídios ao aluno; estrutura educacional básica deficiente; falta de preocupação das IES em analisar/apreender os fatores de evasão.

Assim como o trabalho de Ramos (2013) já apontava, para Silva (2014), faz-se necessária a formulação de política institucional a partir do reconhecimento de sua própria realidade, com base na identificação das necessidades da comunidade que a instituição acolhe. O intuito de tal política, além de atender a demanda interna que se apresenta, seria contribuir para que o estudante permaneça até o término de seu curso.

A tese de Voos (2016) também traz contribuições relevantes a esse respeito. A autora teve o objetivo de investigar, no âmbito das Universidades Comunitárias integrantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), as políticas institucionais de permanência estudantil, no ensino superior, nos cursos de graduação, no período de 2009-2014.

A autora discutiu a necessidade de se incluir na agenda a política institucional focada na permanência do estudante. Para além de políticas assistencialistas, a criação, a implantação e a implementação de ações institucionais favoreceriam a efetivação do processo educacional, garantindo a conclusão de curso pelos universitários. Nesse sentido, para Voos (2016), faz-se necessário romper com o viés do assistencialismo e da tutela, sendo imprescindível estabelecer meios para a prevenção, a intervenção e o acompanhamento dos discentes do ensino superior, se pautando na garantia do direito à educação como um bem público.

Nessa direção, a dissertação de Baggi (2010) visou discutir a produção de trabalhos sobre evasão na educação superior constante no BDTD/Ibict, focalizando na avaliação institucional enquanto possibilidade de se criar programas de combate a este fenômeno. Para a autora, a avaliação da instituição é ativa para todos os membros da comunidade acadêmica e detém uma visão privilegiada da universidade. Portanto, poderia se tratar de um mecanismo com ampla capacidade em contribuir com os processos acadêmicos e administrativos, atuando na correção de metas e de objetivos. Nesse sentido, poderia auxiliar na antecipação de procedimentos institucionais para evitar a ocorrência da evasão.

Dessa forma, partindo dos resultados de Baggi (2010) e das ponderações de Kipnis (2000), argumenta-se que seria necessário as instituições se autoconhecerem, com o intuito de identificar os problemas internos e propor programas para o aprimoramento do ensino de graduação e, conseqüentemente, possibilitar ao estudante concluir o curso de ingresso.

As constatações apontadas nos trabalhos analisados possibilitam inferir que as ações para permanência estudantil, formuladas pelo governo federal para a educação superior pública, se configuraram como medidas relevantes para a permanência do aluno. Contudo, por apresentarem caráter geral, priorizando o assistencialismo focado na vulnerabilidade

econômica dos estudantes, tais medidas não consideram as particularidades de cada instituição, as quais deveriam ser contempladas por políticas próprias, a partir do entendimento dos fenômenos da trajetória acadêmica com o olhar de dentro das IES. As instituições, por sua vez, podem exercer influências sobre os grupos sociais que ingressam na educação superior (ROCHA, 2005), contribuindo para o ingresso, a permanência e a respectiva formação acadêmica (SILVA; VELOSO, 2013).

Diante dos resultados obtidos nos trabalhos analisados, apreende-se que algumas ações são possíveis de serem ponderadas e implementadas no âmbito institucional, tais como: flexibilização de currículos; programa de formação didático-pedagógica de professores; divulgação dos cursos de graduação junto às escolas de educação básica; preocupação com a integração do discente ao ambiente universitário; política de acompanhamento sistemático da trajetória acadêmica dos estudantes; identificação do nível de satisfação dos acadêmicos durante sua permanência no curso; ações de suporte pedagógico ao aluno; atividades culturais, de lazer e de formação complementar; programa que atente para os casos de reprovações múltiplas e consecutivas, dentre outras.

Assim, como resultado desse artigo, verifica-se que o fator institucional para a evasão vem sendo pouco discutido em dissertações e teses brasileiras, porém as discussões realizadas trazem dados relevantes para o melhor entendimento do fenômeno, bem como indicando os caminhos que podem ser exitosos para a formulação de políticas institucionais. Os trabalhos analisados são, em sua maioria, estudos de caso, mostrando que ainda são incipientes as pesquisas que contemplem análises sistêmicas e amplas sobre os aspectos institucionais para evasão nas IES brasileiras.

Considerações Finais

Há um crescimento da produção de dissertações e de teses sobre evasão na educação superior brasileira. O cenário apresentado mostra que o número de trabalhos elaborados tem acompanhado os processos de expansão da graduação e da pós-graduação, o que revela que a evasão tem se tornado uma tendência de pesquisa nos cursos de mestrados e de doutorados brasileiros.

Verifica-se que as investigações acadêmicas têm se voltado mais para o estudo da evasão em cursos presenciais de universidades federais. Demais instituições, tanto do segmento público quanto do privado, têm sido utilizadas como *locus* de pesquisa, bem como, também, encontram-se trabalhos referindo-se à modalidade EaD. Contudo, há perspectivas de pesquisa ainda pouco exploradas, sobretudo quando envolvem o campo das IES privadas, estaduais e municipais.

Embora se constate a ampla diversificação nos focos de análise nas dissertações e nas teses localizadas, o fator institucional relacionado à evasão tem sido pouco explorado nas pesquisas acadêmicas. Entretanto, os estudos que apresentam análise a esse respeito possuem

similaridades entre si ao atribuir importância a este fator enquanto um dos responsáveis pela evasão. Tais pesquisas também apontam possíveis causas institucionais para o fenômeno e estratégias a serem pensadas para a formulação de políticas internas, o que poderá subsidiar futuras investigações sobre o tema.

Considera-se que é preciso institucionalizar, no âmbito das IES, uma política focada no controle à evasão e, conseqüentemente, na ampliação das possibilidades de permanência e conclusão do curso. Entretanto, não basta a criação de ações isoladas ou genéricas. O processo exige diferentes estratégias para que a política faça parte da rotina no âmbito da instituição e culminem na diminuição dos percentuais de evasão que têm sido verificados em dados divulgados a partir de pesquisas nacionais.

Estudos que analisem se há processo de institucionalização dessas políticas nas IES brasileiras são oportunos e podem contribuir para o campo das políticas educacionais, uma vez que ajudariam a entender, de forma sistêmica e individualizada, como o fenômeno da evasão tem se comportado nas diferentes localidades do País e, ainda, a verificar como as IES têm reagido a ele.

Referências

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão de estudantes de cursos de graduação da USP – Ingressantes nos anos de 2002, 2003 e 2004**. 2017. 294p. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. **Evasão e avaliação institucional: uma discussão bibliográfica**. 2010. 81 f. Dissertação. (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1997. 152 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=36&data=29/12/2010>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, Alessandro Pires. **Fatores institucionais associados à evasão na educação superior.** 2017. 90 f. Dissertação. (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação.** Campinas, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00163.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-43-4-1239.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** 2014. 102 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes)- Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a11.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

KIPNIS, Bernardo. A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas Críticas.** Brasília, v. 6, n. 1, p. 109-130, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2870/2574>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LIVRAMENTO, Vanessa. **Evasão nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.** 2012. 125 f. Dissertação. (Mestrado em Administração)- Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MOROSINI, Marília Costa; CASARTELLI, Alam de Oliveira; SILVA, Ana Cristina Benso; SANTOS, Bettina Steren; SCHMITT, Rafael Eduardo; GESSINGER, Rosana Maria. A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EM LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 1., 2011, Managua-Nicaragua. **Anais [...].** Managua: Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, 2011. *Online.*

PALÁCIO, Paula da Paz. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC).** 2012. 124 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Políticas

Públicas e Gestão da Educação Superior)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

RAMOS, Lilian das Graças. **Dois ensaios sobre aspectos recentes do ensino superior brasileiro**. 2013. 108 f. Dissertação. (Mestrado em Economia do Desenvolvimento)-Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RECKTENDVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n2/1982-5765-aval-23-02-405.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas. Porto Alegre. **Civitas**, v. 5, n. 1, p. 11-28, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/32/6998>. Acesso em: 05 jul. 2019.

RODRIGUES, Sonia Maria Yassue Okido. **Investigando a evasão acadêmica para subsidiar propostas de políticas públicas de acesso e permanência na UNESPAR/FECILCAM**. 2012. 97 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal de Maringá, Maringá, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educativo**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SANTOS JUNIOR, José da Silva. **Trajatória acadêmica de estudantes de graduação: evasão, permanência e conclusão de cursos na Universidade Federal da Grande Dourados**. 2016. 168 f. Dissertação. (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. Evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385-405, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00385.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Argemiro Severiano. **Retenção ou evasão – a grande questão social das instituições de ensino superior**. 2014. 121 f. Dissertação. (Mestrado em Direito Político e Econômico)-Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

SILVA, Glauco Peres. Análise de evasão o ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 311-333, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/04.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SILVA, Maria das Graças Martins; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas de educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n3/11.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MONTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SOUZA, Daniele Graciane. **Acesso e permanência na UFPR**: uma análise da política de assistência estudantil (2010-2014). 2016. 150 f. Dissertação. (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, Thays Santos. **Estudo sobre a evasão em cursos de graduação presenciais na Universidade Federal de Goiás – UFG**. 2017. 214 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão Organizacional)-Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, Winter, 1975. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.874.5361&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

TROW, Martin. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access**: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>. Acesso em: 27 jan. 2019.

VOOS, Jordelina Beatriz Anacleto. **Políticas de permanência de estudantes na educação superior**: em exame as universidades comunitárias catarinenses. 2016. 175 f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso em: 05 jul. 2019.